

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, DA NEOENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, companhia aberta, com sede na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada "Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, grupo 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "Agente Fiduciário");

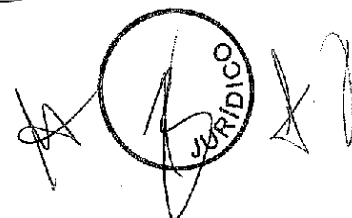
vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, da Neoenergia S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 29 de novembro de 2004 (a "AGE").

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, nominativas, escriturais, em duas séries (a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública (a "Oferta"), nos termos da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM" e a "Instrução CVM 400"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (a "JUCERJA") em 06 de dezembro de 2004, sob o nº 01478317, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal *Valor Econômico* em 06 de dezembro de 2004.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (a "Lei das Sociedades por Ações").

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicável.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o "Código ANBID").

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP").

2.5.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures - SND (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) Sistema de Negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (o "BOVESPAFIX"), custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a "CBLC"), segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia minoritária ou controladora, qualquer que seja o respectivo objeto social; (ii) a



intermediação e assessoria de negócios, no País ou no exterior; (iii) a importação de bens e serviços; e (iv) a realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, bem como sua implantação.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 2ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 4.1.8 abaixo.

3.4. Número de Séries

A Emissão é realizada em duas séries, sendo R\$215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais) na Data de Emissão relativos às Debêntures da 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão, relativos às Debêntures da 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série").

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados à quitação de compromissos assumidos pela Emissora, conforme a tabela abaixo:

Fontes	Valores (R\$) na Data de Emissão	%
Debêntures da 1ª Série	R\$215.000.000,00	68,25%
Debêntures da 2ª Série	R\$100.000.000,00	31,75%
Total	R\$315.000.000,00	100,00%

Usos	Valores (R\$) em 30.09.2004	%
Amortização de Dívidas de Curto Prazo no Mercado Local	R\$180.623.000,00	57,3%
Financiamento BNDES relativo à aquisição da Coclba (parcela final)	R\$109.239.000,00	34,7%
Compromissos relativos à Termoagü S.A.	R\$25.138.000,00	8,0%
Total	R\$315.000.000,00	100,00%

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições definidos no Instrumento

Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, celebrado em 06 de dezembro de 2004, entre a Emissora, o Banco Itaú-BBA S.A., o Banco Bradesco S.A., o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., o Banco Santander Brasil S.A. e o BB Banco de Investimento S.A.

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores. Nos termos do Parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não serão negociadas antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série.

3.6.3. O prazo de colocação das Debêntures da 1ª Série será de 2 (dois) Dias Úteis, enquanto que o da 2ª Série será de 3 (três) Dias Úteis, ambos contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta (o “Prazo de Colocação da 1ª Série” e o “Prazo de Colocação da 2ª Série”, respectivamente), respeitado o disposto no item 3.6.2 acima.

3.6.4. Tendo em vista que a distribuição das Debêntures será efetuada sob regime de garantia firme de colocação, não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.7. Limite Legal

3.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$4.739.025.302,74 (quatro bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e cinco mil e trezentos e dois reais e setenta e quatro centavos) e a 1ª emissão de Debêntures da Emissora, à época Guarani S.A., foi integralmente cancelada através da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 13 de novembro de 2001.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

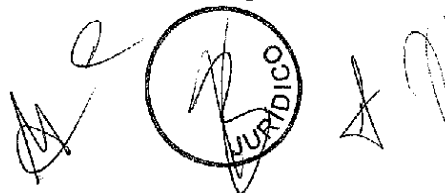
4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 21.500 (vinte e uma mil e quinhentas) Debêntures da 1ª Série e 10.000 (dez mil) Debêntures da 2ª Série, totalizando 31.500 (trinta e uma mil e quinhentas) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão é realizada em duas séries.

4.1.4. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada



pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A. (o "Banco Itaú"), instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o "Banco Mandatário e Escriturador"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

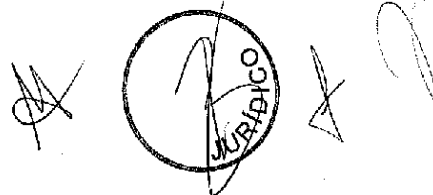
4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografia, com garantia adicional real.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures é 1º de dezembro de 2004 (a "Data de Emissão").

4.1.9. Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 38 (trinta e oito) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de fevereiro de 2008 (a "Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures, (i) pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, no caso das Debêntures da 1ª Série; e (ii) pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração devida, no caso das Debêntures da 2ª Série.

4.1.10. Garantia Adicional Real: Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas na presente Escritura (incluindo, mas não se limitando ao pagamento de principal e remuneração e encargos moratórios relativos às Debêntures), a Emissora empenhou em favor dos titulares das Debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Penhor, Vinculação de Direitos e Outras Avenças" celebrado em 06 de dezembro de 2004, com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures e o Banco Itaú, na qualidade de interveniente-anuente (o "Contrato de Garantia"), cuja cópia encontra-se anexa à presente Escritura como Anexo I, (a) direitos relativos ao recebimento e aos pagamentos, atuais e futuros, de dividendos, juros sobre capital próprio e decorrentes de qualquer evento de pagamento à Emissora que possa ser considerado reembolso de capital ou distribuição de lucros, tais como redução do capital, amortização ou resgate de ações, que venham a ser declarados, creditados ou efetivados à Emissora pelas sociedades anônimas Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("Coelba"); Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern ("Cosern"); Companhia Energética de Pernambuco ("Celpe"); Itapebi Geração de Energia S.A. ("Itapebi"); NC Energia S.A. ("NC Energia"); e Termopernambuco S.A. ("Termope") (sendo Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi, NC Energia e Termope conjuntamente designadas as "Sociedades"), decorrentes das participações acionárias previstas no Contrato de Garantia, bem como de quaisquer outras ações do capital das Sociedades que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Emissora por qualquer motivo, e (b) direitos sobre a conta bancária onde os recursos advindos dos pagamentos aqui mencionados deverão ser depositados.



4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração da 1ª Série");

4.2.1.1. Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série:

O Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.2.1.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série:

4.2.1.2.1. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (as "Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa de 2% (dois por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário da Debênture, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.1.2.2. Define-se Período de Capitalização da 1ª Série como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de agosto de 2005 e, o último, em 1º de fevereiro de 2008;

4.2.1.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.1.2.4. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Obs: o fator resultante da expressão [(Fator DI x FatorSpread) - 1] será calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

FatorDI produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k Taxas DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

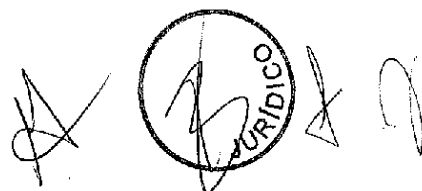
DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP;

d_k número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DF}{DT}} \right\}$$

P



onde:

spread *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.2.1.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

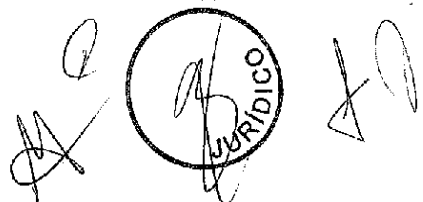
4.2.1.2.6. O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

4.2.1.2.7. Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.1.2.8. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, acrescida do *spread*, se houver, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.1.2.9. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do evento, convocar Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da 1ª Série para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, se houver, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2.1.2.10. Em referida Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de Debêntures representando pelo menos 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série e a Emissora, decidirão o novo parâmetro de remuneração, aplicando-se a faculdade da Emissora, definida no item 4.2.1.2.11 a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.2.1.2.11(a) abaixo.



4.2.1.2.11. Após ser definido o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (a) a (c) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da 1ª Série, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, mas será acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item serão canceladas e, portanto, extintas; ou
- (b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série, nos termos da Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures da 1ª Série, a periodicidade do pagamento da Remuneração da 1ª Série continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos Debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura; ou
- (c) a Emissora deverá manifestar sua aceitação ao novo parâmetro de remuneração e celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura, restando inalterados os demais termos e condições da Emissão constantes da Escritura.

4.2.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração da 2ª Série") que, juntamente com a Remuneração da 1ª Série, denominam-se "Remuneração"):

4.2.2.1. Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série:

4.2.2.1.1. As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente (a "Atualização") a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:



$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{360}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{360}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{360}} \right\}$$

onde:

VNa Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

IGP-M_{n-1} valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup número de dias úteis da última data base até a data de atualização;

dut número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base.

Os fatores resultantes das expressão $\left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{360}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.1.2. Para efeitos das definições acima, considera-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e "data base" como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

4.2.2.1.3. O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

4.2.2.1.4. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste a presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

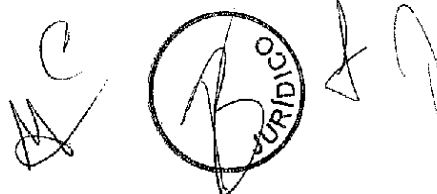
4.2.2.1.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição dos novos parâmetros de Remuneração das Debêntures.

4.2.2.1.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do evento, convocar Assembleia Geral de titulares das Debêntures da 2ª Série para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do novo parâmetro será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*.

4.2.2.1.7. Em referida Assembleia Geral, titulares de Debêntures representando pelo menos 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série e a Emissora, decidirão o novo parâmetro de remuneração, aplicando-se a faculdade da Emissora, definida no item 4.2.2.1.8 a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.2.2.1.8(a) abaixo.

4.2.2.1.8. Após ser definido o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (a) a (c) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da 2ª Série, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 2ª Série aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M disponível, acrescido dos juros remuneratórios. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, mas será acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item serão canceladas e, portanto, extintas; ou



(b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série, nos termos da Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o índice que compõe a remuneração definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos Debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura; ou

(c) a Emissora deverá manifestar sua aceitação ao novo parâmetro de remuneração e celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura, restando inalterados os demais termos e condições da Emissão constantes da Escritura.

4.2.2.1.9. A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário (i) na Data do Vencimento das Debêntures; ou (ii) nos casos de resgate antecipado, obrigatório ou facultativo pela Emissora. Na hipótese mencionada em (ii) que recaia sobre Debêntures da 2ª Série será observado o disposto no item 4.6.2(b), com relação ao montante a ser pago aos Debenturistas.

4.2.2.2. Juros Remuneratórios da 2ª Série:

4.2.2.2.1. As Debêntures da 2ª Série renderão juros de 11% (onze por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

4.2.2.2.2. Define-se Período de Capitalização da 2ª Série como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização da 2ª Série serão devidos em 1º de fevereiro de 2006, 1º de fevereiro de 2007 e 1º de fevereiro de 2008.

4.2.2.2.3. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = (VNa \times [FatorJuros - 1])$$

onde:

J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{DT}} \right]^{\frac{DT}{DP}} \right\}$$

onde:

taxa taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:

4.3.1.1. As Debêntures da 1ª Série serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima.

4.3.1.2. As Debêntures da 2ª Série serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima.

4.3.1.2.1. Se, na data da integralização das Debêntures da 2ª Série, ainda não houver sido divulgado o IGP-M relativo ao mês corrente, será utilizada a última projeção da variação percentual do IGP-M, divulgada pela ANDIMA, calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior pela Fundação Getúlio Vargas do IGP-M que seria aplicável.

4.3.1.3. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente e/ou mediante utilização de créditos representados por empréstimos bancários detidos contra a Emissora de titularidade das instituições financeiras prestadoras da garantia firme de colocação das Debêntures, os quais serão considerados para a integralização pelo seus valores atualizados, calculados *pro rata temporis* até a data da efetiva integralização das Debêntures. As Debêntures serão subscritas e integralizadas de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

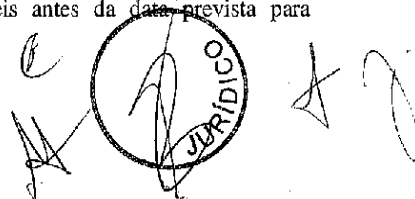
4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BOVESPAFIX e/ou SND.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo e/ou Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura serão dias úteis (os "Dias Úteis") todos aqueles que não sejam considerados, nos termos deste item, dias sujeitos à prorrogação dos prazos.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e, sobre esse valor acrescido da multa, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para



recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.3.7. Amortização Programada:

4.3.7.1. As Debêntures da 1ª Série serão objeto de amortização em parcelas definidas no quadro abaixo, a partir do 14º (décimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2006 e, o último, em 1º de fevereiro de 2008, por ocasião do vencimento das Debêntures, conforme tabela abaixo:

Data da Amortização das Debêntures da 1ª Série	Percentual de Amortização das Debêntures da 1ª Série
01.02.2006	20,00%
01.08.2006	20,00%
01.02.2007	20,00%
01.08.2007	20,00%
01.02.2008	20,00%

4.3.7.2. As Debêntures da 2ª Série não serão objeto de amortização programada, sendo o pagamento integral do valor de principal devido na Data de Vencimento das Debêntures.

4.4. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. Repactuação Programada

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.6. Resgate Antecipado das Debêntures

4.6.1. Aviso aos Debenturistas: A Emissora poderá resgatar antecipadamente Debêntures de qualquer uma das séries em circulação, total ou parcialmente, mediante deliberação de seu Conselho de Administração e publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data do resgate antecipado (a "Data de Resgate"), informando (i) data; (ii) volume ou número de Debêntures que pretende resgatar; (iii) série das Debêntures que pretende resgatar; (iv) procedimento de resgate (a "Comunicação de Resgate").

4.6.1.1. Momento do Resgate: As Debêntures da 1ª Série poderão ser resgatadas a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão. As Debêntures da 2ª Série somente poderão ser resgatadas a partir de 1º de fevereiro de 2006, inclusive, e, daí em diante, a qualquer tempo.

4.6.2. Lote Objeto e Preço do Resgate e Independência das Séries: O resgate antecipado poderá recair sobre a totalidade ou parcela das Debêntures, exclusivamente em uma ou em ambas as séries.



(a) para as Debêntures da 1ª Série, o preço a ser pago pela Emissora no resgate ("Preço de Resgate") por cada Debênture da 1ª Série será o Valor Nominal Unitário na Data de Resgate, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Resgate; e

(b) para as Debêntures da 2ª Série, o Preço de Resgate será o maior dentre os seguintes:

(i) o Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Resgate, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Resgate; e

(ii) o valor obtido mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$P.R._u = \left(\frac{\left(1 + \frac{11}{100} \right)^{\frac{P}{252}}}{\left(1 + \frac{C}{100} \right)} \right) \times P.U.$$

onde:

P.R._u o Preço de Resgate unitário.

C a média das taxas de remuneração do cupom do IGP-M referenciado no swap CDIXIGP-M com vencimento em 1º de fevereiro de 2008 (ou no Dia Útil mais próximo, prevalecendo a data anterior à posterior, no caso de serem equidistantes), apuradas pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, entre o 10º (décimo) e o 3º (terceiro) Dia Útil que preceda a data da publicação da Comunicação de Resgate junto a, pelo menos, 3 (três) das seguintes instituições Banco Citibank S.A., BankBoston Banco Múltiplo S.A., Banco ABN AMRO Real S.A., Banco Safra S.A. ou HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, somada a *spread* ou sobretaxa de 2% (dois por cento).

P o prazo remanescente, em Dias Úteis, entre a Data de Resgate e a Data de Vencimento das Debêntures.

P.U. Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Resgate, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Resgate.

4.6.3. Resgate Parcial: Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) Dias Úteis posteriores à publicação da Comunicação de Resgate, os Debenturistas da série atingida poderão habilitar voluntariamente ao resgate das Debêntures de que sejam titulares, sendo que (i) se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder ao número de Debêntures a serem resgatadas, considerando-se a série a qual pertencem, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas da mesma série; ou (ii) se a quantidade de Debêntures habilitadas de cada série for igual ou inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas da mesma série, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, se houver, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas.




4.6.3.1. Procedimento de Habilitação no Resgate Parcial: A habilitação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 10.3 adiante, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures conforme item 4.1.5.

4.6.3.2. Operacionalização do Resgate Parcial: Para as Debêntures registradas no SND, o Resgate Parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP. Para as Debêntures registradas no Bovespafix, o Resgate Parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate, em referência à Cláusula 4.6.1(iv) acima. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespafix observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de Resgate Parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário e Escriturador, com supervisão do Agente Fiduciário.

4.6.4. Cancelamento das Debêntures: As Debêntures objeto de resgate serão canceladas.

4.7. **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures de qualquer uma das Séries em circulação no mercado. As Debêntures da 1ª Série serão adquiridas por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, enquanto que as Debêntures da 2ª Série serão adquiridas por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado. Em ambos os casos será acrescida a Remuneração, calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.8. Publicidade

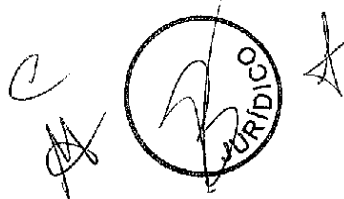
Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal *Valor Econômico*, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet* (www.neoenergia.com), exceção feita ao anúncio de início de distribuição das Debêntures e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal *Valor Econômico*. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet*, no endereço acima referido.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

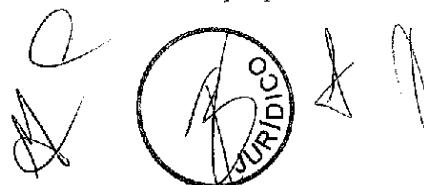
5.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado: Observados os itens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.2.1 e 5.1.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme a Série, das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (o "Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura perante os Debenturistas da Emissão, não sanada em até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora prevista no Contrato de Garantia, (i) não sanada em 15 (quinze) dias corridos quando se tratar das obrigações previstas nos itens 1.1.3, 1.1.5, 1.1.9, 1.1.10, 2.2.2(ii) e (iii) do Contrato de Garantia; ou (ii) não sanada em 2 (dois) Dias Úteis contados da data da inadimplência quando se tratar das demais obrigações previstas no Contrato de Garantia;
- (c) (i) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou por qualquer uma de suas Controladas, conforme definido na Cláusula 5.4 abaixo; (ii) pedido (auto-falência ou por terceiros) de falência da Emissora ou de qualquer uma de suas Controladas, não elidido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis e desde que tal pedido, isoladamente ou em conjunto com outros pedidos de mesma natureza, se fundamente em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (iii) decretação de falência da Emissora ou de qualquer uma de suas Controladas (ou, em relação a qualquer das hipóteses desta alínea, qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas);
- (d) liquidação da Emissora e/ou de qualquer uma de suas Controladas;

- (e) término, por qualquer motivo, do (i) Contrato de Concessão nº 010/97, celebrado entre a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba e o Poder Concedente (União), em 08 de agosto de 1997, conforme aditado em 27 de dezembro de 2002, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado da Bahia; (ii) Contrato de Concessão nº 008/97, celebrado entre a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosem e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte; (iii) Contrato de Concessão nº 026/00, celebrado entre a Companhia Energética de Pernambuco - Celpe e o Poder Concedente (União), em 30 de março de 2000, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado de Pernambuco; ou (iv) Contrato de Concessão nº 037/99, celebrado entre a Itapebi Geração de Energia S.A. e o Poder Concedente (União) em 28 de maio de 1999 (os "Contratos de Concessão");
- (f) inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita e que não decorram da Escritura, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (g) vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (h) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado não pago ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do protesto;
- (i) caso o objeto do Contrato de Garantia (a "Garantia") se torne ilegal ou impróprio para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, e desde que não seja substituído ou complementado pela Emissora, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, após a solicitação expressa do Agente Fiduciário;
- (j) sentença transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo, proferidos contra a Emissora ou qualquer uma de suas Controladas, cujo valor da condenação seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que não provisionados com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, da data da publicação da sentença ou do conhecimento do laudo arbitral;
- (k) inadimplemento, por qualquer uma das Controladas da Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 15 (quinze) Dias Úteis, a contar do descumprimento da obrigação;



- (l) vencimento antecipado de quaisquer obrigações de qualquer uma das Controladas da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (m) protesto de títulos contra qualquer uma das Controladas da Emissora, cujo valor unitário ou agregado não pago ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do protesto;
- (n) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que o prazo de 15 (quinze) dias previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste item 5.1;
- (o) deixar a Emissora de praticar todos os atos necessários para que a garantia objeto do Contrato de Garantia permaneça válida e eficaz até o cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura;
- (p) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto se (i) aprovada qualquer destas operações por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação de ambas as séries e não sendo admitida a dispensa de realização de assembleia geral prevista no §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou (ii) a cisão, fusão ou incorporação decorra de obrigação legal ou regulamentar imposta pela ANEEL no âmbito do processo de desverticalização das atividades desenvolvidas pela Emissora, conforme previsto na Lei n. 10.848/04;
- (q) alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, tal como definido nos artigos 116 e 254-A da Lei das Sociedades por Ações, em relação ao Grupo Iberdrola - inclusive, sem limitação, a Iberdrola Energia S.A., de forma direta ou indireta;
- (r) não distribuição, por qualquer Controlada, em qualquer exercício, apurada a existência de lucros, de dividendos no mínimo equivalentes ao dividendo mínimo obrigatório definido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvadas as disposições legais e estatutárias para distribuições de dividendos, conforme constantes da Lei das Sociedades por Ações e do Anexo II ao Contrato de Garantia, respectivamente, e as restrições atualmente impostas pelos contratos de financiamento das respectivas Controladas, as quais estão descritas nas seções *Fatores de Risco e Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais* constantes do Prospecto;
- (s) redução significativa na participação acionária direta da Emissora em qualquer das



Controladas, presumindo-se como significativa aquela redução que importe em diminuição da ordem de 10% (dez por cento) do capital social, por espécie ou classe, de qualquer das Controladas, excluídas as reduções que decorram (i) de obrigação legal ou regulamentar imposta pela ANEEL no âmbito do processo de desverticalização das atividades desenvolvidas pela Emissora, conforme previsto na Lei n. 10.848/04; ou (ii) de participação adquirida ou subscrita pelo Banco Nacional Econômico e Social – BNDES (o “BNDES”) no âmbito do Programa de Capitalização das Distribuidoras de Energia Elétrica do BNDES;

- (t) não manutenção, pela Emissora, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, de uma relação, considerada de forma não consolidada, de Dívida Total / Capitalização (conforme definidos no item 5.4 abaixo), inferior a 0,55 (cinquenta e cinco centésimos), apurada trimestralmente com base nas últimas informações trimestrais ou demonstrações financeiras padronizadas anuais, conforme o caso, disponibilizadas pela Emissora e remetidas à CVM; ou
- (u) contratação, pela Emissora, de Novas Dívidas que resultem na relação Dívida Total Ajustada / Dividendos Declarados (conforme definidos no item 5.4 abaixo), superior a 3,0 (três vezes) durante o exercício social de 2005, e 2,5 (duas vezes e meia) a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, apurada trimestralmente com base nas últimas informações trimestrais ou demonstrações financeiras padronizadas anuais, conforme o caso, disponibilizadas pela Emissora e remetidas à CVM.

5.1.1. Vencimento Antecipado Automático: A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (j) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.2. Vencimento Antecipado Deliberado: Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (k) até (u) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das séries para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.1.2.1. abaixo.

5.1.2.1. Quorum de Não-Declaração do Vencimento Antecipado: A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.2 anterior deliberará (i) em relação a cada série das Debêntures, quando da apreciação de Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos itens (k) a (s), com exceção do (p)(i), somente podendo determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da respectiva série das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série; e (ii) em relação à totalidade das Debêntures em Circulação, quando da apreciação de Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos itens (p)(i), (t) e (u), somente podendo determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, não importando a série a qual pertençam, reunidos em Assembleia Geral da Emissão, no caso do evento previsto em (p)(i) e de, no mínimo,



51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, não importando a série a qual pertençam, reunidos em Assembleia Geral da Emissão, nos casos dos eventos previstos em (t) e (u).

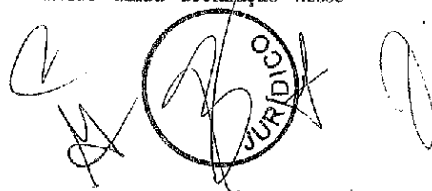
5.1.2.2. Não Realização da Assembleia Geral: Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 5.1.2.1 supra, não havendo (i) sua convocação, (ii) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização ou (iii) quorum, considerado em relação a cada série, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures ou da série das Debêntures, conforme o caso.

5.2. Contagem de Prazos: Todos os prazos de carência previstos para os Eventos de Vencimento Antecipado não são cumulativos, contando-se, quando aplicável, de forma concomitante com os demais prazos previstos nesta Escritura, dentre os quais o de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.3. Atualização e Equivalência dos Valores de Referência: Todos os valores de referência para os Eventos de Vencimento Antecipado serão atualizados anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M ou, na sua ausência, pelo índice que vier a substituí-lo como índice de Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

5.4. Definições: Para os fins desta Escritura define-se Controladas e, para efeitos dos Eventos de Vencimento Antecipado, são definidos Dívida Total, Capitalização, Novas Dívidas, Dívida Total Ajustada e Dividendos Declarados:

- (a) "Controladas": em conjunto ou isoladamente, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern, a Companhia Energética de Pernambuco – Celpe, a Itapebi Geração de Energia S.A., a Termopernambuco S.A. e a GCS – Guaraniana Comércio e Serviços S.A.;
- (b) "Dívida Total": o somatório do saldo de títulos de renda fixa, dívidas bancárias ou outros empréstimos;
- (c) "Capitalização": o somatório da Dívida Total e do patrimônio líquido não consolidado da Emissora;
- (d) "Novas Dívidas": a contratação de novas dívidas, a partir desta data, com cronograma de amortização de principal e/ou juros com pagamentos no curso do prazo de existência das Debêntures;
- (e) "Dívida Total Ajustada": a parcela de juros e/ou principal da Dívida Total vincenda durante o prazo de existência das Debêntures; e
- (f) "Dividendos Declarados": o montante de dividendos ou juros sobre capital próprio declarados pelas Controladas em relação às participações detidas pela Emissora no exercício social corrente ou, em não tendo havido ainda declaração nesse



exercício, os dividendos ou juros sobre capital próprio declarados no exercício social precedente.

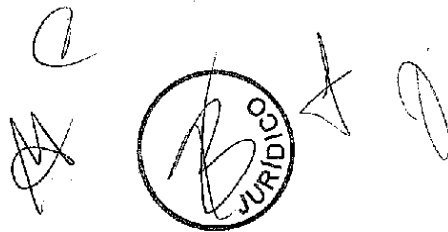
CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio à CVM, cópia de suas demonstrações financeiras completas (individuais e consolidadas) relativas ao exercício social anterior imediatamente transcorrido, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes e das demonstrações financeiras auditadas de cada uma das Controladas, relativas ao mesmo período transcorrido;
- (b) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive dos Formulários de Informações Trimestrais (ITRs), neste caso acompanhadas de parecer dos auditores independentes, relativos à Emissora e às Controladas que sejam companhias abertas;
- (c) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de qualquer forma envolvam os interesses dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua publicação ou, no caso de atas, de sua lavratura;
- (d) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento de solicitação de qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos das normas editadas pela CVM, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos de referidas normas, observado o prazo máximo aqui previsto.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.



6.1.3. Convocar, nos termos do item 8.1. da Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.4. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.5. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras e as de suas Controladas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.5.1 Até um Dia Útil após disponível, retransmitir pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório aos Debenturistas elaborado pelo Agente Fiduciário, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.6. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

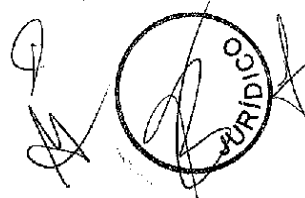
6.1.7. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.8. Não realizar, nem permitir que suas Controladas realizem, operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.9. Manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, os bens necessários para condução de sua atividade principal adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes dos respectivos setores de atuação.

6.1.10. Tomar todas as medidas necessárias para:

- (i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas Controladas dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (ii) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas Controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, desde que as obrigações não estejam sendo questionadas de boa-fé, administrativa ou judicialmente; e



- (iv) fazer com que suas Controladas cumpram, no tocante às mesmas, com as medidas elencadas nos itens (i) a (iii) acima.

6.1.11. Pagar ou de outra forma quitar, e fazer com que suas Controladas paguem ou quitem, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis e os legítimos procedimentos administrativos e judiciais, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial.

6.1.12. Informar imediatamente o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete diretamente ou indiretamente as informações prestadas no Prospecto.

6.1.13. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento destas.

6.1.14. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no item 6.1.13 acima.

6.1.15. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

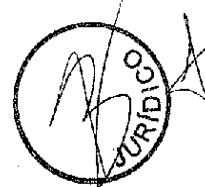
7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devida a primeira em até 5 (cinco) dias corridos após a data de assinatura desta Escritura

e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes;

- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, e até as datas de pagamento de cada parcela seguinte, calculada *pro rata temporis* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- (g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência



desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

- (h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (i) A remuneração sobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.



7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCERJA.

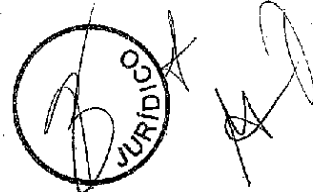
7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres




7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, na presente Escritura e no Contrato de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e no Contrato de Garantia, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura, do Contrato de Garantia, e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda



Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68º da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta



Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

- (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e no Contrato de Garantia;
 - (m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
 - (m.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) na BOVESPA FIX e no SND; e
 - (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CBLIC e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e do Contrato de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de



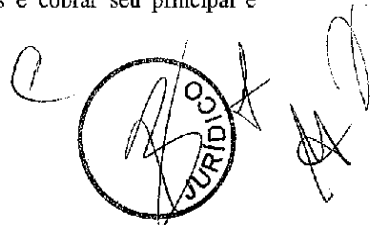
qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BOVESPA;

- (s) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;
- (t) assistir à Emissora nos procedimentos relativos ao resgate parcial das Debêntures e coordenar o sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) verificar a regularidade da constituição da garantia objeto do Contrato de Garantia, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (v) verificar as informações financeiras divulgadas pela Emissora para fins de averiguação das hipóteses de vencimento antecipado previstas nas alíneas “t” e “u” do item 5.1 acima, solicitando informações ou esclarecimentos necessários à Emissora para o cálculo correto das relações ali previstas;
- (w) observar estritamente os termos do Contrato de Garantia, especialmente para
 - (i) conceder de forma criteriosa e fundamentada as autorizações que lhe são permitidas nos termos do Contrato de Garantia; (ii) verificar as informações prestadas de acordo com a Planilha (conforme definida no Contrato de Garantia), comparando-as com aquelas disponíveis publicamente, disponibilizando a mesma à todo e qualquer Debenturista que a solicite, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis; e (iii) acompanhar as mutações ocorridas na composição acionária das Controladas da Emissora que sejam objeto de comunicado relevante ou que sejam necessárias para realizar a verificação indicada no item (ii) acima; e (iv) disponibilizar aos Debenturistas toda e qualquer informação ou confirmação relativa ao Contrato de Garantia (1) que seja de seu conhecimento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da solicitação; ou (2) que possa ser de seu conhecimento, nos termos das prerrogativas previstas no Contrato de Garantia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, salvo se maior prazo for previsto para o fornecimento das informações ou confirmações solicitadas, caso em que tão logo sejam obtidas as informações, estas deverão ser retransmitidas aos Debenturistas.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e



acessórios;

- (b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- (e) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” acima se, convocada a Assembleia Geral da Emissão, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação de ambas as séries, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação de ambas as séries quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, limitadas ao total anual de R\$30.000,00 (trinta mil reais), sendo que aquelas previstas no item 7.2(f) devem ter sido previamente autorizadas.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII **ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS**

8.1. Os titulares das Debêntures da Emissão ou de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Emissão ou de cada Série, caso em que a Assembléia Geral reunirá titulares de Debêntures de ambas ou de Série específica (respectivamente, a “Assembléia Geral da Emissão” e a “Assembléia Geral da Série”).

8.1.1. Competência para Convocação: A Assembléia Geral de Debenturistas de uma ou de ambas as séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem (i) 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, para o caso de convocação de Assembléia Geral da Emissão; ou (ii) 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, para o caso de convocação de Assembleia Geral da Série.

8.1.2. Modo de Convocação: A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. Prazo de Convocação: O prazo de antecedência da primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas será de 15 (quinze) dias corridos e o da segunda convocação de 8 (oito) dias corridos.



8.1.4. Dispensa de Convocação: Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas que (i) sendo Assembleia Geral da Emissão, estejam representados ou compareçam a totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação; ou (ii) em sendo Assembleia Geral da Série, estejam representados ou compareçam a totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

8.1.5. Eficácia da Deliberação: As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. Convocações: Em primeira convocação, (i) a Assembleia Geral da Emissão se instalará com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, de cada série de Debêntures em Circulação; e (ii) a Assembleia Geral da Série se instalará com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série. Em segunda convocação, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Mesa Diretora: A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.3. Voto e Representação

Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Quorum Mínimo de Deliberação: O quorum mínimo de deliberação das assembleias gerais de Debenturistas será o de maioria dos presentes desde que esses representem, no mínimo, 5% (cinco) (i) de cada série de Debêntures em Circulação no caso de Assembleia Geral da Emissão, ou (ii) da respectiva Série de Debêntures em Circulação no caso de Assembleia Geral da Série.

8.4.2. Quorum Qualificado de Deliberação: Alterações nas características e condições das Debêntures ou da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação da série cujos termos e condições se pretende alterar, observado que alterações na Remuneração e/ou Garantia e/ou Prazos de Vencimento ou Amortização das Debêntures ou o quorum previsto na alínea (p) do item 5.1 deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da série cujos termos e condições se pretende alterar.



8.4.2.1. Exceção ao Quorum Qualificado de Deliberação: Sem prejuízo do quorum de 90% (noventa por cento) previsto no item 8.4.2 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias corridos consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice, taxa ou fator componente da Remuneração, o quorum necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total das Debêntures em Circulação da série cujos termos e condições se pretende alterar, conforme previsto expressamente nos itens 4.2.1.2.10 e 4.2.2.1.7 acima.

8.4.2.2. Alterações ao Quorum Qualificado de Deliberação: Alterações a qualquer quorum qualificado de deliberação previstos nos itens 8.4.2 ou 8.4.2.1, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (i) de cada uma das séries caso se pretenda que o novo quorum seja válido para a totalidade das Debêntures da Emissão; ou (ii) de uma Série específica quando somente o quorum de deliberação dessa Série será alterado.

8.5. Debêntures em Circulação

Para efeito da constituição de todo e qualquer quorum de instalação e/ou deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos na Escritura, consideram-se como Debêntures em Circulação (as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) Controladas; (ii) controladoras (ou grupo de controle da Emissora ou Controladas); (iii) administradores da Emissora, das Controladas ou das Controladoras; e (iv) funcionários da Emissora, das Controladas ou das Controladoras.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

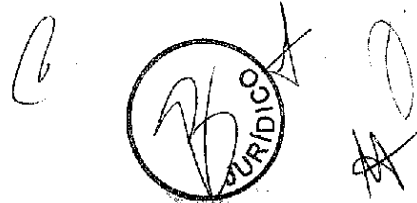
- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora; e
- (j) ter verificado a regularidade, a suficiência e a exequibilidade da garantia objeto do Contrato de Garantia.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantia têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e do Contrato de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura e no Contrato de Garantia foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) que os termos desta Escritura e do Contrato de Garantia não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas Controladas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas Controladas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos;
- (e) não ter conhecimento de que os termos desta Escritura e do Contrato de Garantia possam contrariar qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras ou suas Controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) esta Escritura e o Contrato de Garantia constituem uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foram celebrados respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;



- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas nas Cláusulas V e VI acima, e do Contrato de Garantia;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados "Prospecto") conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas Controladas no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e suas Controladas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível.
- (i) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora e suas Controladas, expressas no Prospecto, foram dadas corretamente, e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (j) não ter conhecimento de outros fatos em relação à Emissora, suas Controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, que façam com que alguma declaração do Prospecto seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (k) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, 2002 e 2001, e 31 de setembro de 2004 e 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas Controladas e coligadas nessas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) exceto pelas informadas no Prospecto, não é de seu conhecimento nenhuma outra contingência que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas Controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- (m) exceto pelo registro da presente Oferta na CVM, obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures.



CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

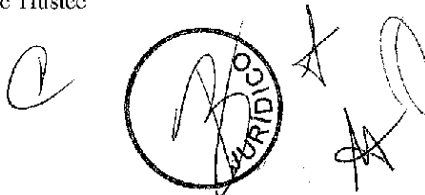
10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora NEOENERGIA S.A.
Praia do Flamengo, 78, 3º andar
CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ
At. Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (21) 3235-9824
Fac-símile: (21) 3235-9883
E-mail: cbreyer@neoenergia.com

Para o Agente PENTÁGONO S.A. DTVM
Fiduciário Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, grupo 514
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ
At. Maurício da Costa Ribeiro
Departamento: Serviços Fiduciários
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco BANCO ITAÚ S.A.
Mandatário Eng. Amando de Arruda Pereira, 707, 9º andar
e Escriurador CEP: 04344-902 – São Paulo – SP
At. Sr. Antonio Carlos Rodrigues
Departamento: Gerência de Custódia e Trustee



Telefone: (11) 5029-1527
Fac-símile: (11) 5029-1535
E-mail: antonio-carlos.rodrigues@itau.com.br



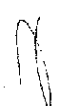
Administradora
do sistema de
negociação

BOVESPA
Rua XV de Novembro, 275
CEP: 01013-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3233-2063

ANDIMA
Av. República do Chile, 230
CEP: 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3814-3800





Câmara de
Liquidação

CBLC

Rua XV de Novembro, nº 275
CEP: 01013-001 – São Paulo - SP
Telefone: (11) 3233-2065
Fac-símile: (11) 3111-1664

CETIP

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000, São Paulo – SP
At. Sr. Fábio Beniles
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1664

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2004.

NEOENERGIA S.A.



Nome: **Erik Breyer**
Cargo: **Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores**



Nome: **Marcelo Corrêa**
Cargo: **Diretor Presidente**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

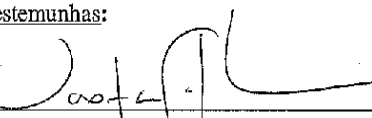


Nome: **Marco Aurélio Machado Pereira**
Cargo: **Procurador**

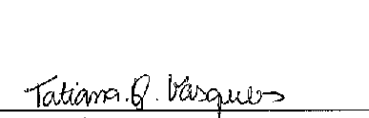


Nome: **LÍVIA ORBET**
Cargo: **PROCURADORA**

Testemunhas:



Nome: **VALÉRIO RIBEIRO FILHO**
Cargo: **CPF: 88652246572**



Nome: **TATIANA GUEIROGA VASQUES**
Cargo: **CPF: 79243363549**

